

OS PRESIDENTES DO PARLAMENTO PORTUGUÊS

VOLUME I - TOMO I
MONARQUIA CONSTITUCIONAL (1820-1910)

Coordenação

Fernando de Sousa e Conceição Meireles Pereira

Organização

Fernanda Paula Maia e Isilda Monteiro

Fernando de Sousa

Presidente e coordenador científico do CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade. Membro de diversos centros de investigação e sociedades científicas nacionais e estrangeiras.

Membro da Assembleia do Atlântico Norte (1983-1986 e 1991-2000) e deputado à Assembleia da República (1983-1985 e 1991-1999), tendo presidido à IX Conferência Interparlamentar EUREKA (1998), à Comissão Parlamentar da História do Parlamento (1992-1995) e à Comissão Parlamentar do Património (1995-1999).

Professor catedrático da Universidade do Porto (1984).

Dos últimos projetos que dirigiu, salientam-se *A emigração portuguesa para o Brasil; As relações políticas e económicas de Portugal com a Rússia (1779-1834)* e *Os Governos Cívicos de Portugal. História, memória e cidadania (1835-2011)*.

Entre as suas publicações recentes, destacam-se: *Espólio fotográfico português* (coord.), 2008; *Os presidentes da Câmara Municipal do Porto (1822-2009)* (coord.), 2009; *A Santa Casa da Misericórdia de Vila Real. História e património* (coord.), 2011; *A Rússia de Catarina a Grande vista pelos portugueses (1779-1781)* (coord.), 2012; *Os Paços do Concelho do Porto* (coord.), 2012; *De colonos a imigrantes. I(E)migração portuguesa para o Brasil* (coorg.), 2013; *Bragança na Época Contemporânea (1820-2012)* (coord.), 2013; *Dicionário de Relações Internacionais*, 3.ª ed. (coord.), 2013.

Maria da Conceição Meireles Pereira

Professora associada com agregação da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, no Departamento de História e de Estudos Políticos e Internacionais.

Investigadora do CEPESE, no âmbito da História Contemporânea.

Tem vários trabalhos publicados em Portugal e no estrangeiro e tem colaborado em diversas obras coletivas e projetos de investigação, encontrando-se atualmente a coordenar o projeto *Primeiros-ministros de Portugal (1820-2015)*.

Fernanda Paula de Sousa Maia

Investigadora do CEPESE.

Tem vários trabalhos publicados nas áreas da História Política Contemporânea, História Parlamentar e História das Relações Portugal-Brasil, entre os quais: *Os discursos parlamentares e as relações Portugal-Brasil (1826-1852)*, 2002; “A questão argelina no discurso político da Assembleia Nacional (1953-1965)”, 2010; “O papel dos Açores na construção do discurso parlamentar oitocentista sobre a emigração” 2011; “Overview of the commemorations of the bicentenary of the French Invasions”, 2011 (em colaboração).

Isilda Braga da Costa Monteiro

Professora adjunta da Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti.

Investigadora do CEPESE.

Desenvolve investigação no âmbito da História Militar, da História Política Contemporânea e da História Parlamentar, tendo publicado vários trabalhos, entre os quais: “The military in the Chamber of Deputies 1851-1870 – corporative lines of action in defense of the army”, 2010; “Overview of the commemorations of the bicentenary of the French Invasions”, 2011 (em colaboração); *A Rússia de Catarina a Grande vista pelos portugueses (1779-1781)*, 2012 (em colaboração); “André Brun e a memória da Grande Guerra”, 2015.





OS PRESIDENTES
DO PARLAMENTO
PORTUGUÊS

VOLUME I - TOMO I
MONARQUIA CONSTITUCIONAL (1820-1910)

coleção PARLAMENTO

coleção PARLAMENTO

OS PRESIDENTES DO PARLAMENTO PORTUGUÊS

VOLUME I - TOMO I
MONARQUIA CONSTITUCIONAL (1820-1910)

Coordenação

Fernando de Sousa e Conceição Meireles Pereira

Organização

Fernanda Paula Sousa Maia

Isilda Braga da Costa Monteiro



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

FICHA TÉCNICA

Título Os presidentes do Parlamento português – Vol. 1 – Monarquia Constitucional (1820-1910) – Tomo I

Coordenação Fernando de Sousa e Conceição Meireles Pereira

Organização e Capítulos 1 a 4 Fernanda Paula Sousa Maia e Isilda Braga da Costa Monteiro

Edição Assembleia da República – Divisão de Edições

Revisão Maria da Luz Curvo Dias e Noémia Bernardo

Capa e *design* Nuno Timóteo

Paginação e pré-impressão tvn designers

Impressão Clássica Artes Gráficas

ISBN 978-972-556-561-2 (obra completa)

ISBN 978-972-556-608-4 (volume I)

Depósito Legal 419114/16

Lisboa, dezembro 2016

© Assembleia da República.

Direitos reservados, nos termos do artigo 52.º da lei n.º 28/2003, de 30 de julho.

www.parlamento.pt

Créditos: As imagens cuja origem não é mencionada pertencem ao Arquivo Histórico Parlamentar.

A Assembleia da República agradece a colaboração, na cedência de imagens, às seguintes entidades: Biblioteca Nacional de Portugal; Caixa Geral de Depósitos – Gabinete do Património Histórico; Imprensa Nacional/Casa da Moeda – Arquivo Histórico/Biblioteca; Supremo Tribunal de Justiça – Biblioteca; Tribunal da Relação de Lisboa – Biblioteca.

Imagem da capa: Sala das Sessões da Câmara dos Dignos Pares do Reino, inaugurada em 1867 (pormenor).

Autor desconhecido. Desenho sobre fotografia de Francisco Rocchini.

In *O Ocidente*, vol. I, p. 12-13. Arquivo Histórico Parlamentar.

ÍNDICE

TOMO I

Introdução	9
1. O Parlamento na Monarquia Constitucional	17
1.1. A Câmara dos Deputados na Constituição de 1822	19
1.2. A Câmara dos Deputados e a Câmara dos Pares do Reino na Carta Constitucional e nos Atos Adicionais	20
1.3. A Câmara dos Deputados e a Câmara dos Senadores na Constituição de 1838	33
1.4. Os Regimentos das Câmaras e as atribuições dos seus presidentes	34
1.4.1. Os Regimentos Internos e a Câmara dos Deputados	35
1.4.2. Os Regimentos Internos e a Câmara Alta – Câmara dos Pares do Reino e Câmara dos Senadores	43
2. As eleições para o Parlamento e sua legislação reguladora	53
2.1. As eleições para a Câmara dos Deputados (1820-1910)	54
2.2. As eleições para a Câmara Alta – Câmara dos Senadores (1838-1842) e Câmara dos Pares do Reino (1885-1896)	74
3. As legislaturas e as sessões legislativas no Parlamento da Monarquia Constitucional	79
4. Os presidentes do Parlamento na Monarquia Constitucional (1821-1910)	99
4.1. Origem geográfica	102
4.2. Idade à data da tomada de posse	105
4.3. Formação académica	107
4.4. Atividade profissional	109
4.5. Número e duração dos mandatos	111
4.6. Os presidentes do Parlamento na Monarquia Constitucional e a Maçonaria	118
Considerações finais	119

Cortes e Câmara dos Deputados

Presidentes das Cortes Gerais, Extraordinárias e Constituintes (1821-1822)	143
Vicente da Soledade e Castro, arcebispo da Baía (26.1.1821 26.2.1821)	145
Manuel Fernandes Tomás (27.2.1821 26.3.1821)	161
Hermano José Braamcamp de Almeida Castelo Branco, conde de Sobral (27.3.1821 26.5.1821)	185
José Joaquim Ferreira de Moura (28.5.1821 26.7.1821)	199
José António Faria de Carvalho (27.7.1821 25.8.1821)	213
Manuel José Vaz Velho (27.8.1821 26.9.1821)	229
João Maria Soares de Castelo Branco (27.9.1821 26.10.1821)	241
Francisco Manuel Trigoso de Aragão Morato (27.10.1821 25.1.1822)	259
Manuel de Serpa Saraiva Machado (28.1.1822 25.2.1822)	281
Luís Nicolau Fagundes Varela (27.2.1822 26.3.1822)	299
António Camelo Fortes de Pina (27.3.1822 25.5.1822)	313
Carlos Honório de Gouveia Durão (28.5.1822 26.7.1822)	331
Agostinho José Freire (27.7.1822 26.9.1822)	349
Francisco Manuel Trigoso de Aragão Morato (27.9.1822 4.11.1822)	369
Presidentes das Cortes Ordinárias e Extraordinárias (1822-1823)	395
José Joaquim Ferreira de Moura (20.11.1822 31.12.1822)	397
Francisco Simões Margiochi (2.1.1823 31.1.1823)	411
Agostinho José Freire (1.2.1823 28.2.1823)	429
Francisco de S. Luís Saraiva (1.3.1823 14.5.1823)	443
João de Sousa Pinto de Magalhães (15.5.1823 3.6.1823)	461
Presidentes da Câmara dos Deputados (1826-1828)	473
Francisco de S. Luís Saraiva (6.11.1826 14.3.1828)	475
Presidentes da Câmara dos Deputados (1834-1836)	493
Francisco de S. Luís Saraiva (21.8.1834 14.9.1834)	495
António Marciano de Azevedo Hipólito (13.10.1834 1.1.1836)	509
Manuel António de Carvalho, barão de Chanceleros (9.1.1836 4.6.1836)	523
Presidentes das Cortes Gerais e Extraordinárias Constituintes (1837-1838)	537
Anselmo José Braamcamp Sénior (23.1.1837 21.3.1837)	539
António Dias de Oliveira (22.3.1837 1.6.1837)	549
José Alexandre de Campos e Almeida (22.6.1837 10.8.1837)	559
Macário de Castro da Fonseca e Sousa Osório (12.8.1837 21.12.1837)	577
José Caetano de Campos Henriques (21.12.1837 4.4.1838)	603

Presidentes da Câmara dos Deputados (1838-1910)	611
José Caetano de Campos Henriques (8.1.1839 1.1.1840)	613
Guilherme Henriques de Carvalho, cardeal patriarca (3.1.1840 25.2.1840)	621
João de Sousa Pinto de Magalhães (5.6.1840 16.7.1841)	637
António Aloísio Jarvis de Atouguia, visconde de Atouguia (20.7.1841 1.1.1842)	651
Bernardo Gorjão Henriques da Cunha Coimbra e Serra (1.8.1842 1.1.1847)	665
João Rebelo da Costa Cabral (26.1.1848 25.5.1851)	691
Júlio Gomes da Silva Sanches Machado da Rocha (17.1.1852 24.7.1852; 31.1.1853 6.6.1856)	713
Joaquim Filipe de Soure (24.1.1857 26.3.1858)	745
Manuel António Velez Caldeira de Pina Castelo Branco (21.6.1858 3.11.1859)	767
Custódio Rebelo de Carvalho (8.11.1859 23.11.1859)	787
Bartolomeu dos Mártires Dias e Sousa (11.2.1860 6.1.1861)	807
Custódio Rebelo de Carvalho (9.1.1861 27.3.1861; 10.6.1861 3.11.1861)	831
António Luís de Seabra (24.12.1861 3.11.1862)	853
Custódio Rebelo de Carvalho (3.1.1863 1.1.1864)	873
Cesário Augusto de Azevedo Pereira (5.1.1864 15.5.1865)	893
Roque Joaquim Fernandes Tomás (26.8.1865 1.1.1866)	905
Cesário Augusto de Azevedo Pereira (5.1.1866 14.1.1868)	919
José Maria da Costa e Silva (27.4.1868 1.1.1869)	931
José da Silva Mendes Leal Júnior (8.1.1869 23.1.1869)	947
Diogo António Palmeiro Pinto (1.5.1869 20.1.1870; 8.4.1870 21.7.1870)	973
António Cabral de Sá Nogueira (25.10.1870 21.7.1871)	993

TOMO II

António Frutuoso Aires de Gouveia Osório (27.7.1871 1.1.1872)	1027
José Marcelino de Sá Vargas (4.1.1872 1.1.1875)	1047
Joaquim Gonçalves Mamede (9.1.1875 10.4.1878)	1061
Francisco Joaquim da Costa e Silva (23.1.1879 28.8.1879)	1077
José Joaquim Fernandes Vaz (14.1.1880 11.2.1881)	1095
Luís Frederico de Bívar Gomes da Costa (20.1.1882 24.5.1884; 27.12.1884 1.1.1886)	1119
Inácio Francisco Silveira da Mota (5.1.1886 1.1.1887)	1137
José Maria Rodrigues de Carvalho (13.4.1887 1.1.1889)	1153
Francisco de Barros Coelho e Campos (11.1.1889 1.1.1890)	1177
Manuel Afonso de Espregueira (15.1.1890 20.1.1890)	1199
Pedro Augusto de Carvalho (3.5.1890 1.1.1891)	1211
António de Azevedo Castelo Branco (6.3.1891 23.2.1893)	1221
António Ribeiro dos Santos Viegas (17.10.1894 28.3.1895)	1247
António José da Costa Santos (8.1.1896 8.2.1897)	1259
Eduardo José Coelho (30.6.1897 28.3.1898)	1271
Manuel Afonso de Espregueira (11.4.1898 1.1.1899)	1289
Luís Fisher Berquó Poças Falcão (13.1.1899 25.10.1900)	1299
Mateus Teixeira de Azevedo (7.1.1901 4.6.1901; 8.1.1902 20.4.1904; 4.10.1904 24.12.1904)	1315

Vicente Rodrigues Monteiro (10.4.1905 9.2.1906)	1337
Tomás António Pizarro de Melo de Sampaio (2.10.1906 27.2.1908)	1359
Libânio António Fialho Gomes (2.5.1908 28.2.1909)	1369
José Joaquim Mendes Leal (4.3.1909 1.3.1910)	1389
José Capelo Franco Frazão, conde de Penha Garcia (5.3.1910 27.6.1910)	1403

Câmara Alta

Presidentes da Câmara dos Senadores (1838-1842)	1443
Manuel Duarte Leitão (28.1.1839 1.5.1839)	1445
Pedro de Sousa Holstein, duque de Palmela (2.5.1839 11.1.1840)	1461
Manuel Duarte Leitão (14.1.1840 14.2.1840)	1481
Pedro de Sousa Holstein, duque de Palmela (17.2.1840 25.2.1840; 17.6.1840 1.1.1842)	1497

Presidentes da Câmara dos Pares do Reino (1826-1828; 1834-1836; 1842-1910)	1523
Nuno Caetano Álvares Pereira de Melo, duque de Cadaval (30.10.1826 14.3.1828)	1525
Pedro de Sousa Holstein, duque de Palmela (14.8.1834 4.6.1836; 10.7.1842 12.10.1850)	1539
Guilherme Henriques de Carvalho, cardeal patriarca (2.1.1851 15.11.1857)	1565
Francisco de Almeida Portugal, conde do Lavradio (27.1.1858 1.2.1870)	1589
Nuno José Severo de Mendonça Rolim de Moura Barreto, duque de Loulé (18.10.1870 5.10.1872)	1615
António José de Ávila, duque de Ávila e Bolama (18.10.1872 3.5.1881)	1639
António Maria de Fontes Pereira de Melo (30.5.1881 22.1.1887)	1667
João Crisóstomo de Abreu e Sousa (3.5.1887 20.1.1890)	1689
António Teles Pereira de Vasconcelos Pimentel (19.4.1890 24.9.1892)	1713
Augusto César Barjona de Freitas (3.10.1892 7.12.1893)	1741
Luís Frederico de Bívar Gomes da Costa (1.10.1894 28.3.1895; 2.1.1896 8.2.1897)	1765
José Maria Rodrigues de Carvalho (30.6.1897 23.6.1900)	1781
Luís Frederico de Bívar Gomes da Costa (2.1.1900 4.6.1901; 2.1.1902 20.4.1904)	1797
Alberto António de Moraes Carvalho (Júnior) (30.9.1904 24.12.1904)	1817
António Cândido Ribeiro da Costa (4.4.1905 1.1.1906)	1831
Augusto José da Cunha (1.2.1906 9.2.1906; 1.6.1906 5.6.1906; 1.10.1906 27.2.1908)	1853
António de Azevedo Castelo Branco (29.4.1908 1.1.1909)	1867
Gonçalo Pereira da Silva de Sousa e Meneses, conde de Bertandos (1.3.1909 27.6.1910)	1891

Fontes e bibliografia	1907
<i>Abstract</i>	1927
Nota sobre os autores	1949
Índice remissivo	1959

Introdução

«O constitucionalismo monárquico é uma transigência provisória entre o absolutismo e a revolução, e que esse estado provisório é explorado por uma família, muito além do legítimo momento histórico, onde dominam partidos médios que quando têm força, intimidam, como vimos nos Cabrais ou, quando se sentem fracos, corrompem, como fez Rodrigo da Fonseca.»

Teófilo Braga – *Soluções positivas da política portuguesa.*

Porto: Lello Editores, 1912

Oliveira Marques escreveu que a escassez das biografias «constitui uma das bases do atraso da nossa historiografia» dos séculos XIX e XX. E acrescentava que nos faltava, «claramente, um bom dicionário biográfico onde, com critério na seleção das figuras e na ordenação dos dados, estivessem arroladas as personalidades mais atuantes nos variados campos da atividade humana».

Certamente que esta asserção, feita nos inícios dos anos de 1980 por um dos maiores historiadores portugueses, precoce e infelizmente desaparecido, já não tem pleno cabimento, mas limitando-nos, por agora, ao mundo da política desde 1820 até ao presente, ou seja, desde a introdução do liberalismo em Portugal, verificamos que há ainda muito que fazer. É certo que algumas das figuras políticas do Portugal contemporâneo já encontraram o seu biógrafo. Mas muitas das personalidades que desempenharam funções de primeiro plano, quer na administração central, quer na administração regional e local, são totalmente desconhecidas, encontrando-se arredadas das enciclopédias e dicionários, não conseguindo nós compreender por que é que tal acontece e, por outro lado, quando fazem parte de tais instrumentos de consulta, que critérios levaram a que figuras de segundo plano tenham uma notícia biográfica extensa, pormenorizada – caso de numerosos militares e aristocratas – e políticos de relevo sejam biografados em meia dúzia de linhas, não raras vezes semeadas de erros, imprecisões ou lacunas, que a simples consulta das fontes impressas ou da bibliografia existente poderia, desde logo, eliminar.

No entanto, o caminho para a recolha e publicação das notícias biográficas dos políticos portugueses foi iniciado desde cedo. Logo em 1822, José Gorjão lançava a *Galeria dos Deputados das Cortes Geraes Extraordinarias e Constituintes da Nação Portuguesa*. Esta obra, porém, ficou por longas décadas isolada, não tendo havido, por parte dos chefes de Estado, dos sucessivos governos ou do Parlamento,

qualquer preocupação em dar a conhecer, através de publicações sistemáticas ou de dicionários, as biografias de quem sucessivamente foi integrando os órgãos de soberania ou desempenhou funções de relevo no mundo da política. Se tivermos, porém, de relevar o esforço louvável de alguns dos órgãos de soberania nesta matéria, por mais simples que ele tenha sido, é ao Parlamento ou a figuras a ele ligadas que devemos atribuir o principal mérito.

Após esta iniciativa isolada, só a partir de meados do século XIX é que algum trabalho começou a ser realizado com o objetivo de dar a conhecer governantes e deputados, que estão na origem de estudos que hoje constituem valiosas fontes para quem se preocupa com a história política em geral e com os retratos dos políticos em particular.

Em 1843, da autoria de um deputado (João de Azevedo?), iniciou-se a publicação do *Diccionario biographico político, ou galeria dos contemporaneos*, logo interrompida, porém, devido à Revolta de Torres Novas, em fevereiro de 1844, razão pela qual apenas foram publicadas as biografias de três dezenas de parlamentares.

Em 1858, *Aprigio Fafes*, pseudónimo de Eduardo Tavares, publicou a *Galeria pittoresca da Câmara dos Pares contendo uma apreciação imparcial...*, bem como a *Galeria parlamentar ou para-lamentar. Contendo uma apreciação imparcial de cada um dos membros do Parlamento da actual legislatura de 1858, offerecida ao bom senso do paiz*, com algumas notas interessantes sobre os seus membros.

Em 1875, era publicada a *Estatistica methodica do pariato civil e ecclesiastico desde a sua fundação até 28 de Maio de 1875*; em 1884, editou-se a *Estatistica do pariato portuguez desde a sua fundação até 29 de Março de 1884* e, em 1910, a *Estatistica do pariato portuguez desde a sua fundação até 31 de Dezembro de 1909*.

Entre 1887 e 1892, Clemente José dos Santos (barão de S. Clemente) lançou as suas valiosas *Estatisticas e biographias parlamentares portuguezas*, em seis volumes, onde, além de nos relatar «os factos mais importantes da vida parlamentar em Portugal, desde o alvorecer das liberdades públicas», também nos fornece «interessantes traços biográficos dos homens que mais se têm avantajado no Parlamento português».

Em 1905, José Marcelino de Almeida Bessa, no seu *Annexo ao Manual Parlamentar*, deu-nos o quadro cronológico dos ministérios, desde 1830 até 1905, consignando alguns factos que considerou mais notáveis, a relação alfabética dos senadores que fizeram parte da Câmara criada em 1838 e a lista alfabética dos deputados eleitos para as diversas legislaturas, entre 1834-1905.

Em 1911, reatou-se o exemplo de 1822, em *As Constituintes de 1911 e os seus deputados* (obra «compilada e dirigida por um antigo oficial da Secretaria do Parlamento», Alberto Pimentel), com notícias biográficas dos parlamentares que delas fizeram parte, mas que, infelizmente, nem foi continuada nem atualizada para as legislaturas seguintes, lacuna que só recentemente foi ultrapassada por uma obra de que falaremos mais adiante.

Durante o Estado Novo, os *Anais da Assembleia Nacional e da Câmara Corporativa*, a partir de 1936, começaram a inserir notícias biográficas de deputados e de outras figuras públicas, mas sem o carácter sistemático e contínuo que seria de desejar.

Na VII legislatura da Assembleia da República (1995-1999), o coordenador do presente estudo, então deputado à Assembleia da República, enquanto presidente da Comissão para a História do Parlamento, na sequência da iniciativa já tomada

na legislatura anterior por António Barreto, teve oportunidade de lançar um vasto projeto de investigação, para o qual convidou historiadores da época contemporânea, destinado a produzir um dicionário biográfico dos parlamentares portugueses, desde 1820 até 1974.

No âmbito desse projeto, na Coleção Parlamento que a referida Comissão então iniciou, já foram publicadas as obras *Parlamentares e ministros da 1.ª República (1910-1926)*, dirigida por Oliveira Marques; o *Dicionário do vintismo e do primeiro cartismo (1821-1823 e 1826-1828)*, tendo como coordenadora Zília Osório de Castro; o *Dicionário biográfico parlamentar (1834-1910) e (1935-1974)*, em 2004-2005, o primeiro sob a responsabilidade de Maria Filomena Mónica e o segundo de Manuel Braga da Cruz e António Costa Pinto e o *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, 3 vol., em 2013-2014, coordenado por Maria Fernanda Rollo, trabalhos estes que vieram colmatar uma importante omissão da nossa História Contemporânea.

Ainda no âmbito da Coleção Parlamento, foram editadas as biografias de vários políticos, nomeadamente de Fontes Pereira de Melo, Rodrigues de Freitas, Correia Barreto, Cunha Leal, Neto Paiva, Vitorino Henriques Godinho, duque de Ávila e Bolama, Félix Pereira de Magalhães, Manuel Fernandes Tomás, Mouzinho da Silveira, António Lino Neto, José Estêvão de Magalhães, António José de Almeida, Magalhães Lima, Mariano Cirilo de Carvalho, Pimenta de Castro, Pinheiro Chagas, Bernardino Machado, António Granjo, José Domingues dos Santos, Machado Santos, Afonso Costa, João Pereira Bastos, Álvaro de Castro, Ramada Curto, Manuel de Brito Camacho, António Bernardo da Costa Cabral, João Marcelino Arroio e António Maria da Silva. Registe-se, também, na mesma coleção, a publicação de *Os Presidentes do Parlamento português. Volume II – I República (1910-1926)* e *Os Presidentes do Parlamento português. Volume III – Estado Novo (1935-1974)*, sob a coordenação de Fernando de Sousa e Conceição Meireles Pereira; *As mulheres deputadas e o exercício do poder político representativo em Portugal do pós-25 de Abril aos anos noventa*, de Maria Amélia Clemente Campos; *A Assembleia Nacional no pós-guerra (1945-1949)*, de Rita Almeida Carvalho; *Nem ditadura, nem revolução. A ala liberal e o marcelismo (1968-1974)*, de Tiago Fernandes; *Os deputados da Assembleia Nacional 1935-1974* e *Os procuradores da Câmara Corporativa 1935-1974*, de J. M. Tavares Castilho, bem como de um dicionário biográfico dos *Candidatos da oposição à Assembleia Nacional do Estado Novo (1945-1973)*, de Mário Matos e Lemos, entre outros.

Fora do âmbito parlamentar, também surgiram várias obras, nos séculos XIX e XX, que dão valiosos contributos para a história biográfica dos políticos portugueses. De todas elas, gostaríamos apenas de dar conta de quatro, uma do século XIX e três bem recentes.

De finais do oitocentismo português, referimos um estudo excelente, mas pouco consultado, *Luctas caseiras. Portugal de 1834 a 1851*, de Marques Gomes, publicado em 1899, que regista numerosas biografias de políticos, para a época referida, dando conta de aspetos inéditos e singulares relativos à vida dos mesmos.

Dos trabalhos recentes, pelo seu caráter inovador, saudamos o estudo coordenado por Zília Osório de Castro, *Lisboa 1821. A cidade e os políticos*, de 1996; *Os presidentes da República portuguesa*, coordenado por António Costa Pinto, de 2001; finalmente, de vários autores, *Os governos da República 1910-2010*, publicado em 2011.

O coordenador deste trabalho, relativamente a Trás-os-Montes, lançou, em 2002, *Os governadores civis de Vila Real* e publicou *Os governadores civis de Bragança*, disponível na página do CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade na Internet, em formato digital. Finalmente, em 2009, o CEPESE editou um estudo pioneiro quanto ao poder autárquico, sobre *Os presidentes da Câmara Municipal do Porto (1822-2009)* e respetivo enquadramento legislativo, tendo saído em 2013 uma edição revista e atualizada sob o título *Os presidentes da Câmara Municipal do Porto (1822-2013)*.

O panorama é, pois, substancialmente diferente daquele que existia há duas décadas. Porém, os trabalhos quanto às biografias dos primeiros-ministros e presidentes do Parlamento, que não se limitam às escassas informações de natureza enciclopédica, continuam a ser a exceção.

Por outro lado, a investigação feita para os presidentes da República e para os parlamentares tem de ser alargada, no período em questão, a outras personalidades, nomeadamente aos membros dos governos do Portugal contemporâneo e aos responsáveis pelas autarquias municipais das principais cidades do país, como já fizemos para o Porto. Não com a profundidade e com a extensão que inviabilizam resultados válidos em tempo útil, mas com o rigor suficiente para se conhecer quem foram, incluindo, no mínimo, a sua naturalidade, filiação, origem social, formação, idade ao tempo do exercício das funções governativas, duração dos mandatos, outros cargos políticos exercidos, atividade política e obras publicadas, informações acompanhadas, sempre que possível, de textos que permitam conhecer melhor o perfil dos políticos biografados.

Foi tendo em consideração esta realidade que, em 2008, o CEPESE apresentou ao presidente da Assembleia da República, Dr. Jaime Gama, um projeto de investigação intitulado *Os presidentes do Parlamento português (1821-2010)*, alargado, posteriormente, até 2014, com o objetivo de traçarmos as biografias de todos os presidentes das diversas Câmaras que existiram, desde a introdução do regime liberal, em 1820, até ao presente, de forma a melhor compreendermos a classe política do Portugal contemporâneo, projeto esse que foi aprovado por aquele órgão de soberania, de acordo com o seguinte plano:

Monarquia Constitucional (1821-1910)

Cortes Gerais, Extraordinárias e Constituintes (1821-1822)

Cortes Ordinárias e Extraordinárias (1822-1823)

Câmara dos Deputados (1826-1828)

Câmara dos Pares do Reino (1826-1828)

Câmara dos Deputados (1834-1836)

Câmara dos Pares do Reino (1834-1836)

Cortes Gerais, Extraordinárias e Constituintes (1837-1838)

Câmara dos Senadores (1838-1842)

Câmara dos Deputados (1838-1910)

Câmara dos Pares do Reino (1842-1910)

I República (1910-1926)

Assembleia Nacional Constituinte (1911)

Câmara dos Deputados (1911-1926)

Senado da República (1911-1926)

Estado Novo (1926-1974)

Assembleia Nacional (1935-1974)

Câmara Corporativa (1935-1974)

III República (1974-2015)

Assembleia Constituinte (1975-1976)

Assembleia da República (1976-2014)

Assim, no que diz respeito aos presidentes do Parlamento português, este trabalho tem por objetivo traçar as suas biografias, procurando esclarecer, sempre que as fontes consultadas o permitirem, questões tão simples quanto difíceis de responder, como se pode ver pelas sùmulas biográficas até agora produzidas. Quem são? Qual a sua naturalidade e filiação? Qual a área socioprofissional de recrutamento? Qual a sua idade à tomada de posse? Qual a duração do seu mandato? Qual a ação ou o papel político que desempenharam no exercício dos seus mandatos? Que outros cargos políticos, além de presidentes do Parlamento, exerceram? A que forças políticas estavam ligados? Que publicações nos deixaram?

Contudo, além destes elementos, iremos ainda chamar a atenção para outros aspetos, designadamente:

- a conjuntura política no âmbito da qual se situou a eleição/indigitação de cada presidente;
- as questões nacionais que, durante o seu mandato, tiveram repercussão no Parlamento – com exceção do período compreendido entre 1975-2012, onde poderíamos, eventualmente, analisar os factos e as intervenções parlamentares com alguma subjetividade, visto pertencerem ao nosso tempo e a maior parte dos protagonistas que biografámos estarem vivos;
- a publicação de textos da sua autoria – intervenções, excertos de obras ou artigos seus com significado político – ou de outros autores sobre tais personalidades, que contribuam para caracterizar o seu perfil cívico e político.

Cada biografia encontra-se estruturada do seguinte modo: primeiro, são apresentados os elementos de identificação, seguindo-se os principais traços da sua vida cívica e política, bem como as informações relativas à atividade de cada presidente à frente da respetiva Câmara; transcrevem-se, depois, textos e intervenções relativos a cada presidente, quer produzidos pelos próprios, quer testemunhos de outras personalidades; finalmente, as fontes e a bibliografia consultadas para cada uma das biografias.

Foram já publicados os volumes relativos à I República (1910-1926) e ao Estado Novo (1935-1974), a que se segue o presente volume, em dois tomos, para o período

da Monarquia Constitucional, concluindo-se com o concernente à III República (1974-2014).

A propósito da designação escolhida para caracterizar o regime político após a Revolução de 25 de Abril de 1974, acabámos por optar pela designação de III República, considerando, assim, que o Estado Novo, ou, se quisermos, a Ditadura Militar e o Estado Novo (1926-1974) constituem a II República. Apesar de no período estado-novista a designação «República» ser pouco utilizada (desprezada, até) para caracterizar o regime, e de vários nomes da historiografia portuguesa se recusarem a considerar o Estado Novo como II República, certo é que a Constituição Política de 1933 expressamente se assume como sendo «da República Portuguesa»; o seu artigo 5.º consigna que o Estado português «é uma República unitária e corporativa», e o chefe de Estado, como se exara no artigo 72.º, «é o presidente da República eleito pela nação».

Com este projeto de investigação, sem dúvida que a fronteira do desconhecido quanto a estas simbólicas e influentes figuras do Parlamento português irá recuar significativamente, contribuindo, assim, para uma melhor compreensão da vida política da nossa História Contemporânea.

Uma última palavra quanto à metodologia e estrutura deste volume, que se compõe de dois tomos.

Após esta introdução, o primeiro capítulo destina-se a apresentar a estrutura do Parlamento português, ou Cortes, após a implantação do novo regime liberal, com particular destaque para o funcionamento das respetivas Câmaras, partindo dos documentos normativos enquadradores, a saber, os textos constitucionais e os regimentos internos, procurando salientar as atribuições e competências dos seus presidentes.

O segundo capítulo debruça-se sobre as eleições para o Parlamento e sua legislação reguladora, tendo em atenção os aspetos menos visíveis do processo eleitoral como as questões da propaganda e da manipulação do voto.

O terceiro capítulo apresenta a listagem das diversas legislaturas e sessões legislativas ocorridas durante os cerca de noventa anos do regime monárquico-parlamentar, bem como os presidentes e respetivos mandatos.

No quarto capítulo procura-se sintetizar os aspetos fundamentais que têm que ver com a identificação e com as funções cívicas ou políticas dos presidentes das diversas Câmaras, de forma a responder às questões colocadas, muito particularmente, a sua naturalidade, filiação, formação académica, origem socioprofissional, idade à data da tomada de posse, número e duração dos mandatos.

Esta introdução termina com a apresentação das considerações finais e do quadro geral dos presidentes do Parlamento na Monarquia Constitucional, distribuídos pelas diferentes Câmaras Legislativas, com a indicação dos principais dados biográficos de cada um.

Seguem-se as biografias dos presidentes do Parlamento durante a Monarquia Constitucional, isto é, os presidentes da Câmara Baixa – Cortes Gerais, Extraordinárias e Constituintes (1821-1822); Cortes Ordinárias (1822-1823); Cortes Extraordinárias (1823); Cortes Gerais e Extraordinárias Constituintes (1837-1838); Câmara dos Deputados (1826-1828; 1834-1836; 1838-1910) – e da Câmara Alta – Câmara

dos Pares do Reino (1826-1828; 1834-1836; 1842-1910) ou dos Senadores (1838-1842) – e, dentro de cada uma delas, observando o critério cronológico para apresentar os mandatos.

A obra termina com a referenciação das fontes e bibliografia utilizadas, um resumo alargado em inglês, as notas sobre os autores das biografias e um índice remissivo, elemento indispensável para a consulta de uma obra desta natureza.

Resta-nos agradecer a todos aqueles que nos apoiaram neste trabalho, que connosco colaboraram ou deram contributos para a realização do mesmo.

À Assembleia da República, na pessoa do seu ilustre presidente, à época, Dr. Jaime Gama, pelo patrocínio que concedeu ao CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade para a realização desta obra.

À juíza conselheira Adelina Sá Carvalho, secretária-geral da Assembleia da República, na altura.

Aos serviços da Assembleia da República, na pessoa da Dr.^a Teresa Fonseca, então chefe da Divisão de Edições, e do Dr. Rui Costa, diretor de Serviços de Documentação, Informação e Comunicação.

Finalmente, ao CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, nomeadamente aos Drs. Bruno Rodrigues, Joana Martins, Nuno Matias, Paula Barros e Paulo Amorim, pela colaboração prestada ao longo da produção deste trabalho.

O projeto de investigação *Os presidentes do Parlamento português*, desenvolvido pelo CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, e patrocinado pela Assembleia da República, tem como objetivo traçar o perfil biográfico de todos os presidentes das diversas câmaras parlamentares que existiram no nosso país desde a introdução do regime liberal, em 1820, até ao presente, de forma a melhor se conhecer a classe política do Portugal contemporâneo.

Neste sentido, serão publicadas as biografias dos presidentes das Câmaras Parlamentares que funcionaram durante a Monarquia Constitucional, I República, Estado Novo e III República, procurando esclarecer, sempre que as fontes consultadas o permitirem, questões tão simples quanto difíceis de responder. Quem são? Qual a sua naturalidade e filiação? Qual a área socioprofissional de recrutamento? Qual a sua idade à tomada de posse? Qual o tempo do seu mandato? Qual a ação ou o papel político que desempenharam no exercício dos seus mandatos? Que outros cargos políticos, além de presidentes da Câmara dos Deputados ou do Parlamento, exerceram? A que forças políticas estavam ligados? Que publicações nos deixaram?

Além destes elementos, chamamos a atenção para outros aspetos, como a conjuntura política no âmbito da qual se situou a eleição/indigitação de cada presidente; as questões nacionais que, durante o seu mandato, tiveram repercussão no Parlamento e a publicação de textos da sua autoria – intervenções (parlamentares ou outras), excertos de obras ou artigos seus com significado político –, ou de outros autores sobre tais personalidades, quando existem, que ajudem a caracterizar o seu perfil cívico e político.

O presente volume debruça-se sobre os presidentes do Parlamento português durante a Monarquia Constitucional (1820-1910), ou seja, os setenta e quatro homens que neste período presidiram às Cortes Gerais, Extraordinárias e Constituintes (1821-1822), Cortes Ordinárias e Extraordinárias (1822-1823), Câmara dos Deputados (1826-1828; 1834-1836; 1838-1910); Cortes Gerais e Extraordinárias Constituintes (1837-1838), Câmara dos Senadores (1838-1842) e Câmara dos Pares (1826-1828; 1834-1836; 1842-1910).

Nesta conformidade, não temos dúvidas de que, com este projeto de investigação, a fronteira do desconhecido quanto a estas importantes figuras do período da Monarquia irá recuar muito significativamente, permitindo uma melhor compreensão da vida política de uma época, cada vez mais debatida, da História Contemporânea de Portugal.

O presidente das câmaras parlamentares da Monarquia, ao longo dos noventa anos da sua existência, vai incorporando, progressivamente, significados e significâncias cada vez mais complexos, mas também cada vez mais consistentes e bem definidos. Assim, se no início estamos perante uma figura de contornos ainda pouco claros e de competências muito reduzidas, com o tempo, a função presidencial vai-se revestindo de uma solenidade crescente, de um simbolismo mais visível e de uma dignidade gradualmente mais legitimada e reconhecida por todos. Se, durante as Cortes Gerais, Extraordinárias e Constituintes, entre 1821 e 1822, e nas Cortes Ordinárias e Extraordinárias, de 1822 e 1823, se percebe que, pela novidade do sistema, são os atributos pessoais – bom senso, diplomacia, equilíbrio, capacidade de liderança, polidez e subtilidade – que determinam a escolha dos titulares dos cargos, progressivamente este padrão foi-se alterando. A consolidação do regime permitia emprestar ao titular as características que dele se esperavam.

In Considerações finais



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

ISBN 978-972-556-608-4



9 789725 566084

coleção PARLAMENTO